COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA REQUERIMENTO Nº /2013

(Do Sr. Dr. Rosinha)

Requer a utilização do horário da reunião ordinária deliberativa para discutir a saúde da população negra no Brasil, no dia 20 de novembro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e conforme plano de trabalho aprovado pelo colegiado desta Comissão, a utilização do horário da reunião ordinária deliberativa para debatermos a saúde da população negra no Brasil.

Precedendo os debates, proponho sejam ouvidos representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério da Saúde.

JUSTIFICATIVA

A data escolhida, 20 de novembro, coincide com a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra no nosso País e se insere na proposta de que a Comissão de Seguridade Social e Família dedique uma sessão mensal para o debate de temas de importância nacional.

No Brasil, existe uma longa trajetória para o reconhecimento da saúde como um direito individual e dever do Estado. A articulação da política da saúde da população negra e dos direitos humanos ajuda na conquista do bemestar social e da qualidade de vida.

Os indicadores de saúde demonstram que, embora as taxas de mortalidade infantil e materna estejam decaindo na população em geral, as desigualdades étnico-raciais se mantém nos mesmos patamares, quando não aumentam. O relatório Saúde Brasil 2005: uma análise da situação de saúde (do Ministério da Saúde) apresenta informações e análises discriminatórias segundo raça, cor e etnia, enfocando assistência pré-natal, tipo de parto, baixo peso ao nascer e morbimortalidade materno-infantil, em âmbito nacional e regional. Só para tomar alguns exemplos significativos: 1) o risco de uma criança preta ou parda morrer antes dos 5 anos por causas infecciosas e parasitárias é 60% maior do que o de uma criança branca. 2) o risco de morte por desnutrição apresenta diferenças alarmantes, sendo 90% maior entre crianças pretas e pardas que entre as brancas. 3) o risco de uma pessoa negra morrer por causa externa é 56% maior que o de uma pessoa branca. 4) no geral, o risco de morte por homicídios foi maior nas populações negra e parda, independente do sexo.

Para uma análise adequada das condições sociais e da saúde da população negra, é preciso levar em conta a grave e insistente questão do racismo, que persiste, mesmo após algumas conquistas institucionais, devido ao seu elevado grau de entranhamento na cultura brasileira.

Pelos motivos brevemente expostos, funda-se o presente Requerimento, esperando que com sua aprovação possamos contribuir solidariamente, senão para a superação, ao menos para a diminuição destas desigualdades.

Sala da Comissão, 24 de setembro de 2013.

Deputado DR. ROSINHA